



Um romance de deformação

Qualquer maneira de amar, de Marcus Veras

Flávio Augusto Câmara*

É com uma visada atenta aos trabalhos da escritura, na forma de um rito plasmado nos limites da memória e da vida, que buscamos uma maneira consequente de construir uma aproximação da casa de força de *Qualquer maneira de amar – um romance à sombra da ditadura* (2014), do carioca Marcus Veras, ganhador do Prêmio Guimarães Rosa de 1986 com o excelente livro de contos *A cidade arde*. A insistência em comerciar negaceios e piscadelas com a recepção do romance, em que a despretensão (função de simulacro) é um dispositivo de relevo, instaura um horizonte de expectativa cuja tônica é voltar aos vazios disseminados pela narrativa para atravessá-los de novos significados. Assim, o que é da ordem do dado e, a um só tempo, da contingência risca seu lugar com uma recorrência quase compulsiva.

A planta baixa do texto de Veras não deixa de nos surpreender pela sua “pobreza”. A arquitetura simples segura uma camada de acesso capaz, portanto, de capturar um certo leitor, a fim de que logo o traia seguidas vezes. Eis o quadro enquanto esquema: um ex-advogado rico já no ocaso da vida se refugia no Sítio das Folhas, região serrana do estado do Rio de Janeiro, para escrever em cadernos

* Graduando em Letras na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

escolares suas memórias de personagem marginal (politicamente obscura), num período histórico compreendido entre o golpe civil-militar e os comícios das Diretas. Do retiro à solidão, “do corpo a corpo” com a própria biografia à morte, tudo comunica um espaço de significação feito de sinais imediatamente recebidos como violentamente saturados.

Contudo, é no interior dessa dinâmica que as criaturas diegéticas vão ganhar notável espessura. A importância lateral do advogado Mauro Meireles deixa ver uma multidão de indivíduos (absolutamente anônimos) empenhados numa forma de resistência com dimensões microfísicas, quase sempre à margem da sensibilidade historiográfica ou da seletividade política, com sua indeclinável preferência pelas notabilidades. O fazer multitudinário (singularidades constituintes) de indivíduos invisibilizados, não alcançados pelos discursos que se querem, por exemplo, de caráter epistêmico, assume uma voz de aguda afirmação. Onde os historiados, a mídia, os grupos políticos e as narrativas de Estado assomam seus limites, esses seres ao rés-do-chão são radicalmente substancializados. Como uma espécie bastante particular de romance de formação e/ou deformação, tal clivagem narrativa é uma realidade que atravessa todas as experiências da personagem Mauro, a exemplo da emergência da ditadura ainda entre sua vida escolar e o começo da adulta. A sombra ou o tacho implacável do arbítrio começa a sulcar de maneira irreversível um sem-número de almas. Esta foi a sorte daqueles amigos do colégio, já no começo do regime:

Cinco anos mais tarde, quando eu já não estava mais ali, o ex-Calango, agora Carlos Alberto, poucos meses antes de ter ingressado nas hostes do PCBR, foi preso em operação de roti-

na e torturado até a morte dentro de um quartel do Exército em Belo Horizonte. Já nosso parceiro Francisco, depois de militar na Juventude Universitária Católica, mergulhou na clandestinidade recrutado pela Aliança Nacional Libertadora, mas, percebendo que o quadro era nada favorável à luta armada, abandonou a guerrilha e fugiu para o Triângulo Mineiro, onde mudou de nome, tornou-se apicultor e nunca mais jogou bola, em homenagem a Calango. Quanto a mim, sempre chegando ao palco quando o terceiro ato está em vias de terminar, pouco a pouco fui me dando conta de que aqueles merdas com metralhadoras nas mãos não iam largar o osso tão rápido como apregoavam, e que muitos anos de escuridão estavam a caminho, apesar da bela tarde calorenta no alto da Rua da Bahia (p. 37).

O escrever só se realiza como uma dialética sem fim do reter da dor porque fundado no contar antes como um imperativo moral. Todavia, esse determinante ético-existencial não salva nem redime, embora invista o arranjo narrativo em sua totalidade de um dispositivo genérico com suficiente produtividade estética. É *pregnante*. Tudo, numa dada instância de significação, pode apontar em direção contrária, como a erótica do advogado com a sua empregada. Mas é a vida em seu sentido particular que só se justifica quando subsumida pela escrita, presença segundo a qual seu domínio de virtualidades já é sempre a inteireza do que é. Logo, quando parece não se afirmar, opera-se uma descida.

A opção de iniciar o romance com uma espécie de pórtico, uma cena (minemo-diegética) estritamente alegórica acerca da morte de alguns militantes políticos dando tiros no mar em meio ao breu de uma praia deserta, aos gritos, todos os anos, é muito

feliz. Além de talhada a golpes de muito boa mão. Formalmente, no que diz respeito ao plano dos capítulos, tal entrada flutua com autonomia, o que provoca no leitor um aqulamento sem descanso da atenção, uma vez que sua significância é tácita e permeia toda a obra. Esse rito é infernal e toca o patológico, herança (coletiva?) incontornável, abrigada sob a precariedade do símbolo em sua forma estável. Vejamos alguns passos dessa representação:

Não é a primeira vez que eles encenam aquele ato. Enrola as mangas da camisa social e segue em direção à beira-mar. [...] O tranco é forte, provoca um pequeno deslocamento no ombro direito, e o atirador retesa mais os músculos para o segundo tiro, enquanto ouve o estrondo chocar-se com o vento. [...] – Thomaz, onde está você? [...] Cadê você, Tenório? Todo o ritual leva não mais do que três minutos (p. 12).

Aquele que grita num apelo demasiadamente humano, e não deixa de apertar o gatilho, é um e o mesmo.

Circunscrito, pois, esse domínio, todo um teatro de acontecimentos está licenciado a pôr em movimento seus atores. As mudanças de colégio, o padre golpista que leva os alunos para a passeata da Família com Deus pela Liberdade, o “exílio” dos pais e suas mortes, os primeiros lances eróticos, o fascínio pela literatura marxista... Os casos são muitos e, quase sempre, bastante voláteis, sucedendo-se numa falsa linearidade, sob uma ordem narrativa cujo emparelhamento da vida e da memória vai aos poucos se transpassando, como quando uma voz fala a outra, num jogo de alteridades diegéticas em que os pontos do discurso exigem um deslindamento permanente, se possível. A infalibilidade “cognoscente” da perspectiva em terceira

pessoa é rasgada pela outra, da memória, que a trai, já que se tornam indiscerníveis, movem-se na emenda dos dois “relatos”, constituindo um espaço de verdadeiro palimpsesto.

É senão aqui que cabem algumas perguntas. A Polícia do Exército estoura, de súbito, na Tijuca, o aparelho político em que Mauro figurava apenas como um jovem interessado em fumar maconha e transar com alguém. Sem mais, tem de fugir sozinho – “ouvi o rangido da porta empurrada para o lugar de onde saíra e mergulhei na semiescuridão apenas alumbrada por um poste distante” (p. 120) – com uma criança de menos de dois anos no colo, Tainá, dizendo ter sido poupado, pela distância, “de ouvir os terríveis sons que se sucederam, porta da frente arrombada, janelas de vidro destroçadas, os berros dos policiais, o choro da empregada”, [...] “os soluços de Catarina quando o capuz preto caiu sobre a sua cabeça” (p. 121). O que significa essa força centrípeta que o trouxe? E essa criança, salva pela generosidade de uma prostituta que a abriga num barraco da favela da formiga, depois de passarem por uma “dura” da mesma Polícia do Exército? Estamos sob a égide do Ato Institucional número 5, a hegemonia e perpetuação da linha dura. O obscurantismo tomava conta de tudo. Essa criança é uma pergunta solta na narrativa, com um forte vezo de pessimista, ainda que não absoluto. Aparece estrategicamente no meio e no fim do romance. Diante da institucionalização do mal, haverá esperança ao menos para ela? Tainá, já adolescente, acompanha a mãe no comício das Diretas, impassível diante do entorno vibrante. A pergunta, pois, ganha uma abertura ainda mais radical, não?

A especulação desse narrador se move no espaço das fraturas sociais, políticas e éticas em que essas personagens estão lançadas. Frequentemente, os horizontes das personagens, talvez

em seu sentido último, apresentam-se ou bem em estado de aporia ou desérticos, ainda que no tom geral do fluxo do romance haja um leve tônus eufórico. Seria essa miséria de gratificação o móvel do narrar? Mais um simulacro? Como aqueles lances e jogos de perspectivas e ilusões, entre inconscientes e deliberadas, do Mauro com a menina loura da faculdade? Há um solo minimamente sólido em que essas violências ganham um contorno, considerado, de certa maneira, mais nítido: o da erótica do Mauro com a empregada. A brutalidade patriarcal implícita no autoritarismo do advogado nos é imediatamente chocante, sobretudo por aparecer sem mediações, ou seja, não apenas sem sinal de fissuras subjetivas (conflitos), mas também com transparente autocomplacência, o que avilta a tão explícita generosidade política para com os de baixo. O efeito de realidade do que é da ordem do fraterno parece autoidêntico ao esmagamento do mando que reifica. Como se num plano de total naturalização uma coisa já fosse sempre a outra. O artifício dessa escritura é justamente deixar esse abismo em suspenso.

Marcus Veras escreveu, pois, um romance em que as formas do obscuro, no domínio de um estado de exceção, são radicalmente contrapostas aos vazios do texto, instância em que a afirmação cognitiva dos leitores se dá nos moldes de uma democracia cuja essência é sua suplementação. Apostou no elogio das contingências do fazer literário como se a memória, em sentido mais comunitário que individual, fosse uma ficção necessária constitutiva da vida, em que sua necessidade está sempre imperativamente colocada. Constar com um solo tão raro de interlocutores exponencia e dramatiza os limites do literário, como também empresta à recepção da obra um veio forte do humano. Com boa expressividade estética, parece aqui situado o centro de atração do texto.